

Relatório de Desempenho dos Indicadores do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJES)

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Ano 2021



Mesa Diretora

2022-2023



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- PRESIDENTE
Desembargador Fabio Clem de Oliveira
- VICE-PRESIDENTE
Desembargador Dair José Bregunce de Oliveira
- CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Desembargador Carlos Simões Fonseca
- VICE-CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Desembargador Wallace Pandolpho Kiffer
- SECRETÁRIO GERAL
Marcelo Tavares de Albuquerque

Apresentação

O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PLS-PJES) é um instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico do PJES que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, objetivando melhorar a eficiência do gasto público e a gestão dos processos de trabalho.

O presente Relatório destaca a evolução do desempenho dos indicadores com foco socioambiental e econômico, e os seus resultados alcançados, no período de 2015 a 2021, conforme determinado na Resolução CNJ nº 201/2015.

As atualizações da nova norma da sustentabilidade (Resolução CNJ nº 400/2021) serão apresentadas a partir do próximo exercício.



Sumário



Papel

Pág. 6



Copos descartáveis e água mineral envasada

Págs. 7-8



Água

Pág. 9



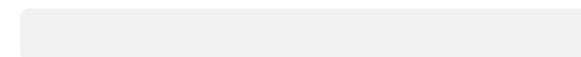
Energia

Pág. 10



Telefonia

Pág. 11



Sumário



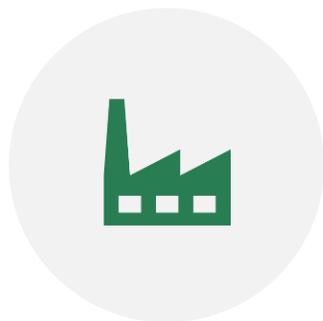
Veículos e combustíveis

Pág. 12 e 13



Gestão de resíduos

Pág. 14



Limpeza, Reformas e Vigilância

Pág. 15



Qualidade de vida no trabalho

Pág. 16

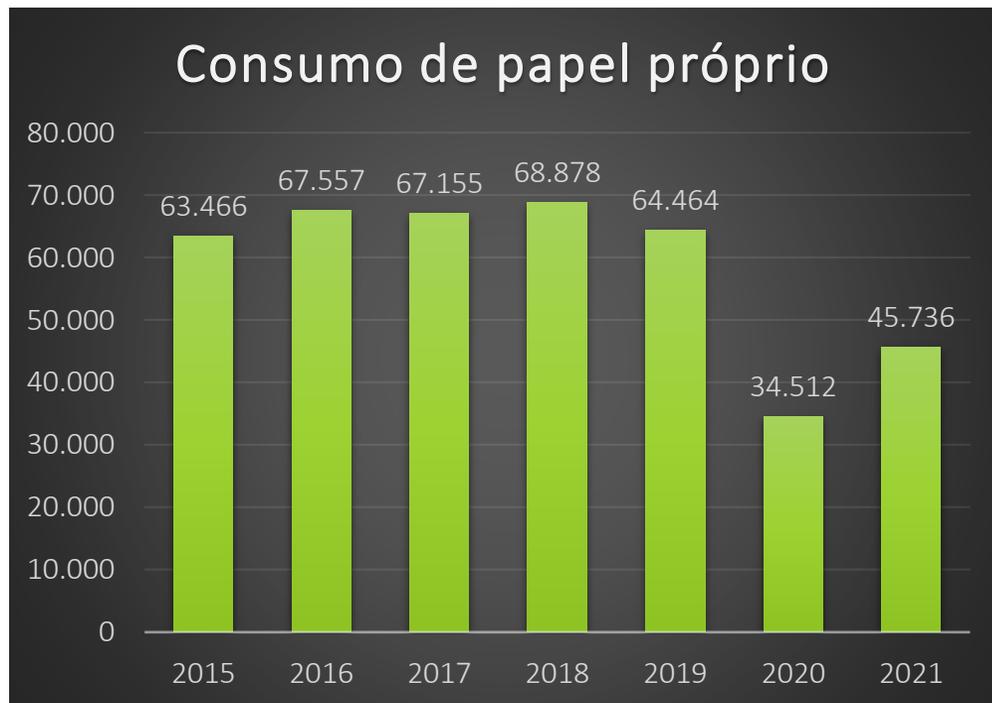


Capacitação e sensibilização

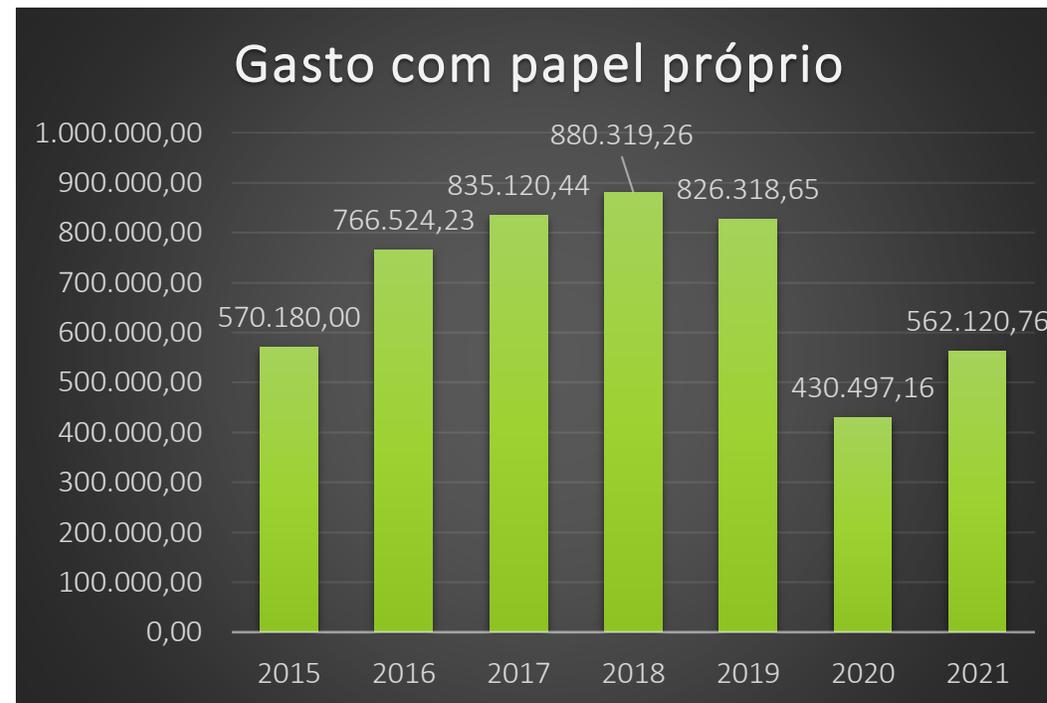
Pág.16



Papel



- Em 2021, houve um aumento de 33% do consumo e de 31% do gasto de papel em relação a 2020 (ano atípico em razão da pandemia e do trabalho quase exclusivamente remoto). Já em relação a 2019, houve uma redução de 29% do consumo e de 32% do gasto.



- Não há consumo de resmas de papel reciclado e não reciclado fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.
- Ainda não há controle de impressões.



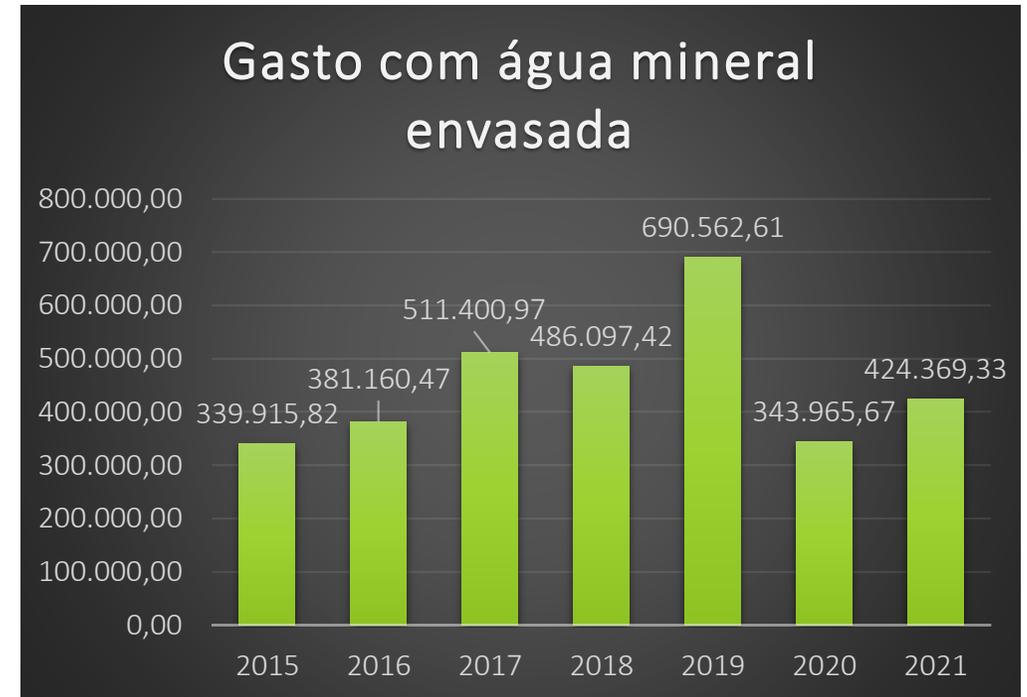
Copos descartáveis



- Em 2020, houve uma determinação de restrição do fornecimento de copos descartáveis apenas para atendimento de situações específicas e pontuais como eventos, cursos, tribunal de júri. Com isso, a redução do consumo de copos foi de 69% em 2021 (em relação a 2020) e a redução do gasto se manteve em 79% nos anos de 2020 e 2021.



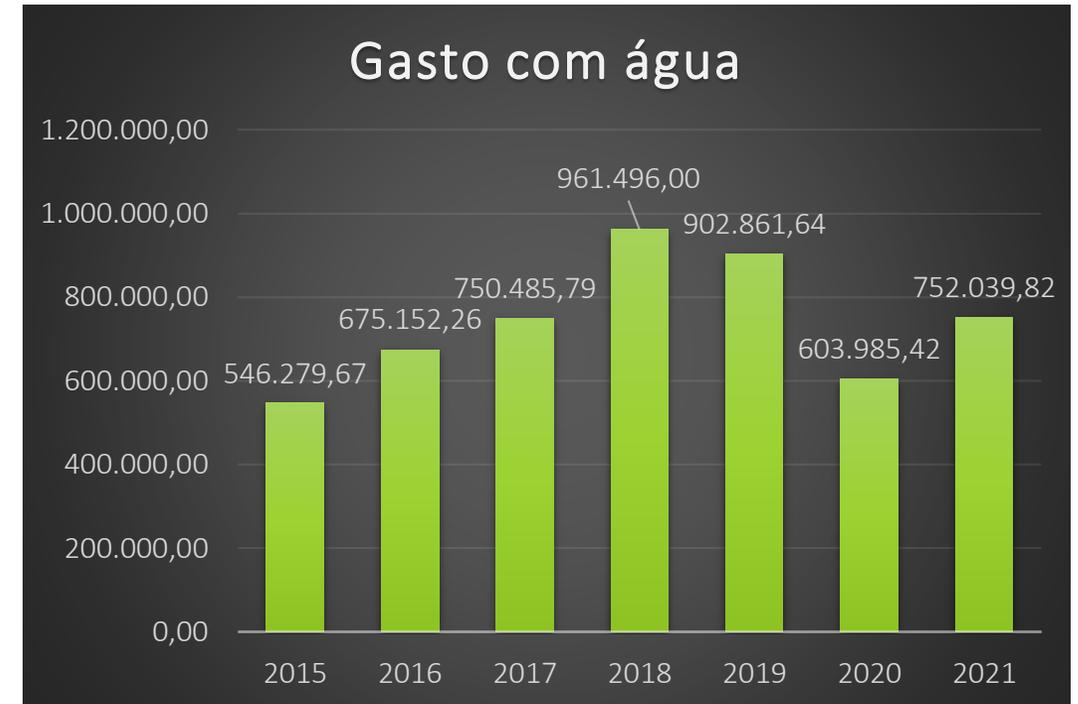
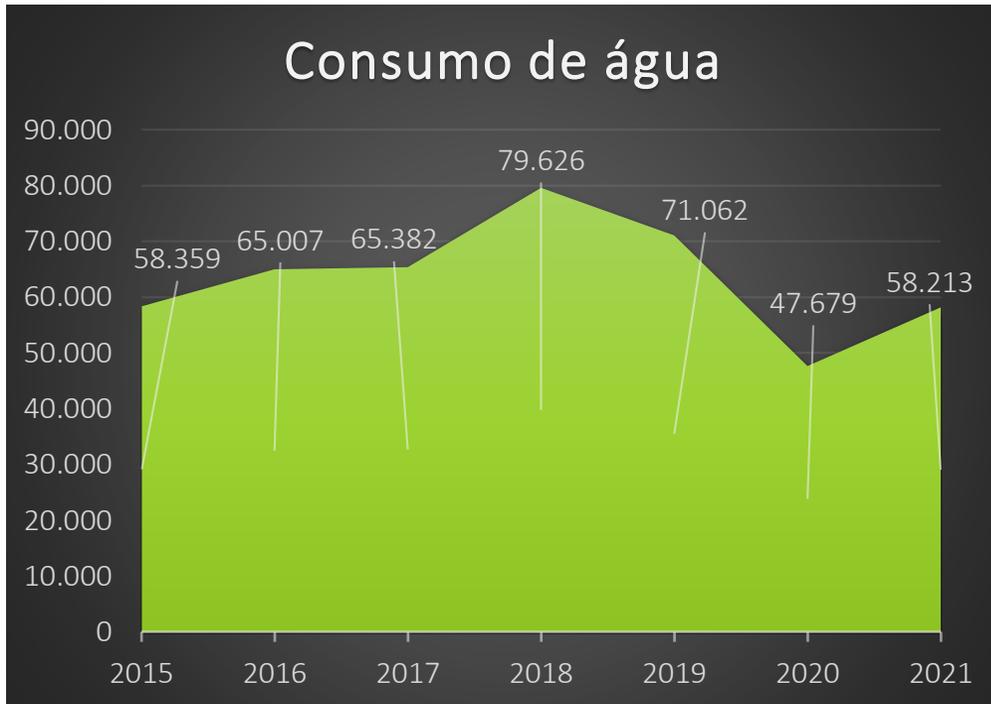
Água envasada



- Não há aquisição de embalagens descartáveis de água mineral, apenas de garrafão de 20 litros retornável.



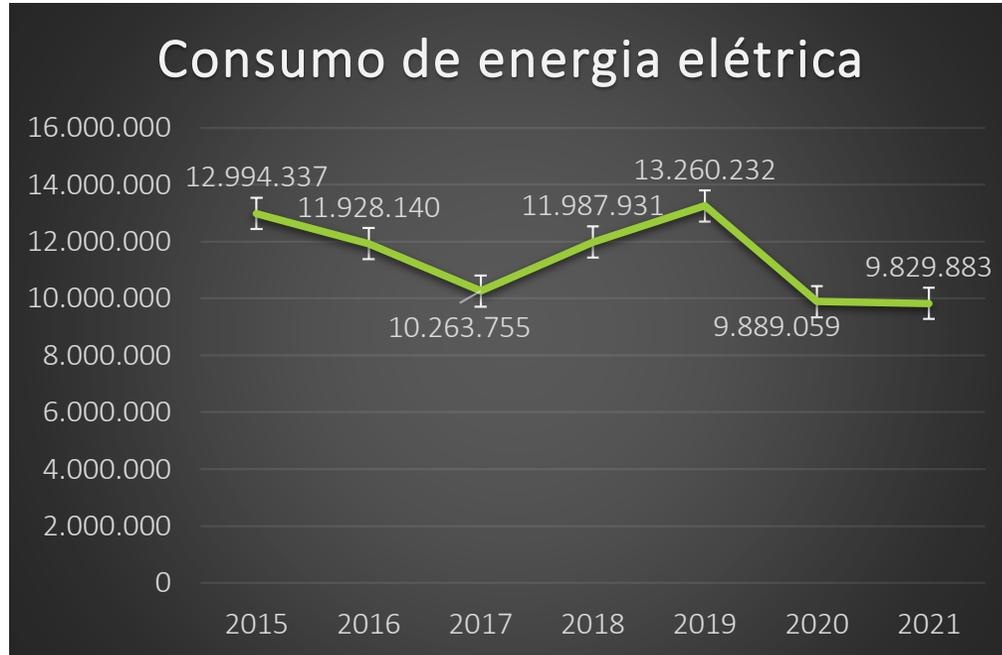
Água



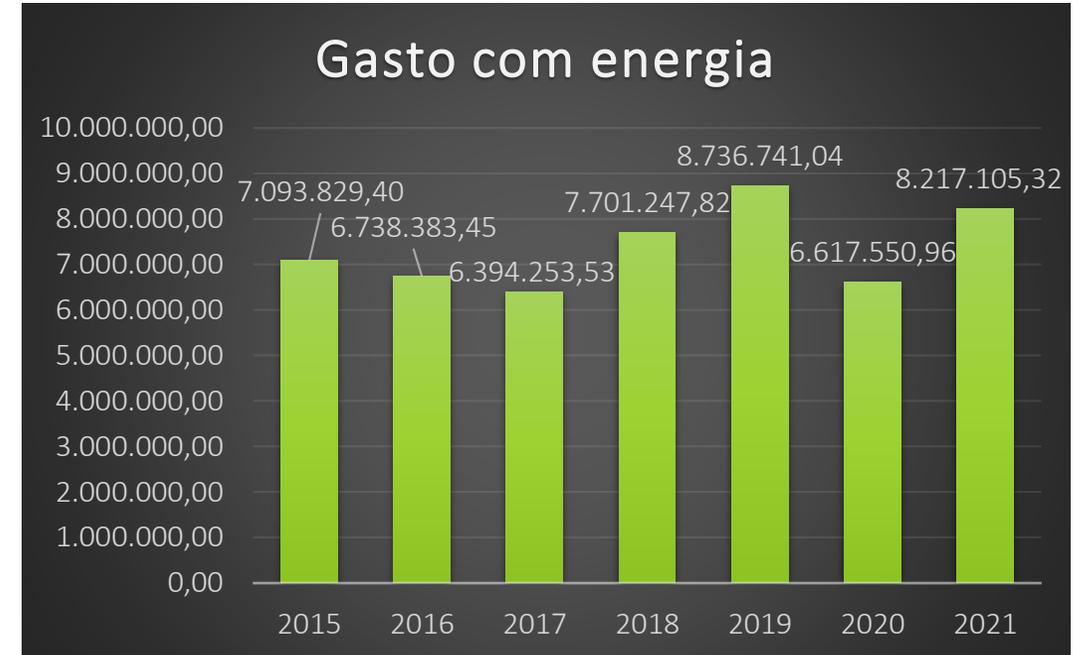
- O ato nº69/2020, que previa medidas de contingenciamento de despesas, dentre elas a racionalização do consumo de água, foi revogado pelo ato normativo nº 107/2021. Diante disso, e com a retomada do trabalho presencial, o consumo e o gasto com água tiveram um aumento médio de 24% em 2021 em relação a 2020.



Energia



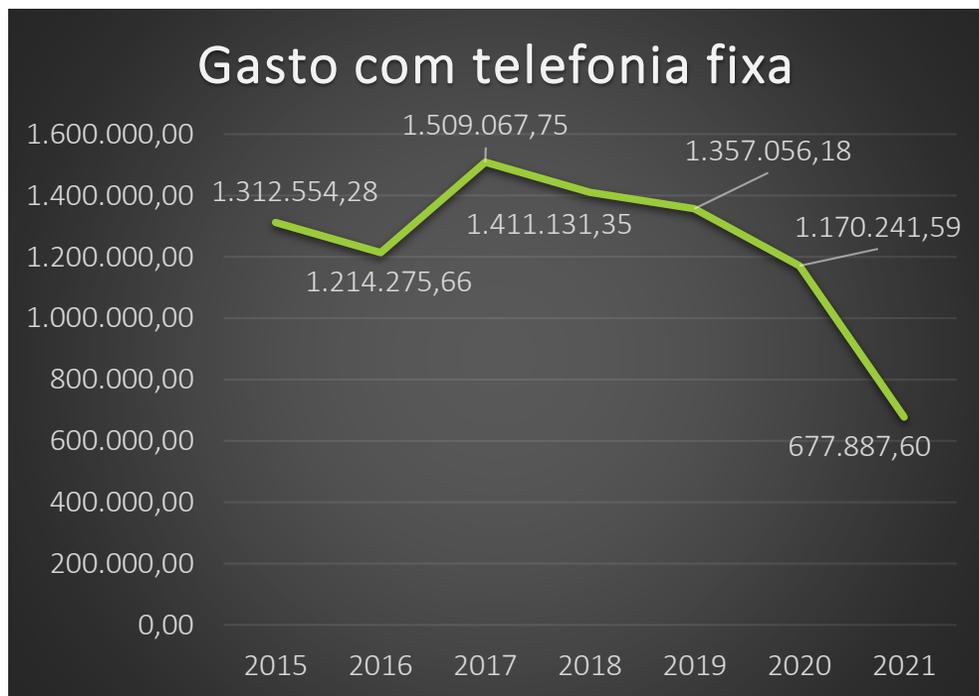
- Apesar do consumo de energia elétrica ter apresentado uma redução de 1% em 2021, o gasto com energia subiu 24% em relação a 2020.
- O PJES não utiliza fonte de energia alternativa. Contudo, estamos realizando estudos para implantação de energia solar.



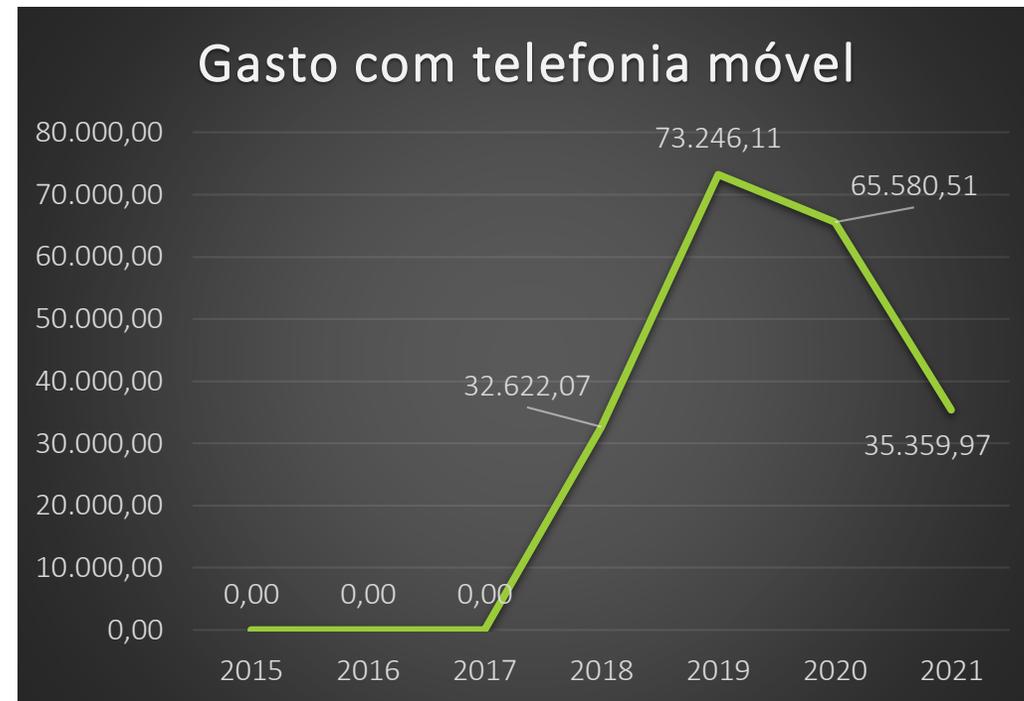
- Foram realizados estudos visando a otimização da demanda contratada com a concessionária de energia nos fóruns que possuem subestação de energia, e constatou-se a possibilidade de melhoria em diversos fóruns nos próximos anos.



Telefonia



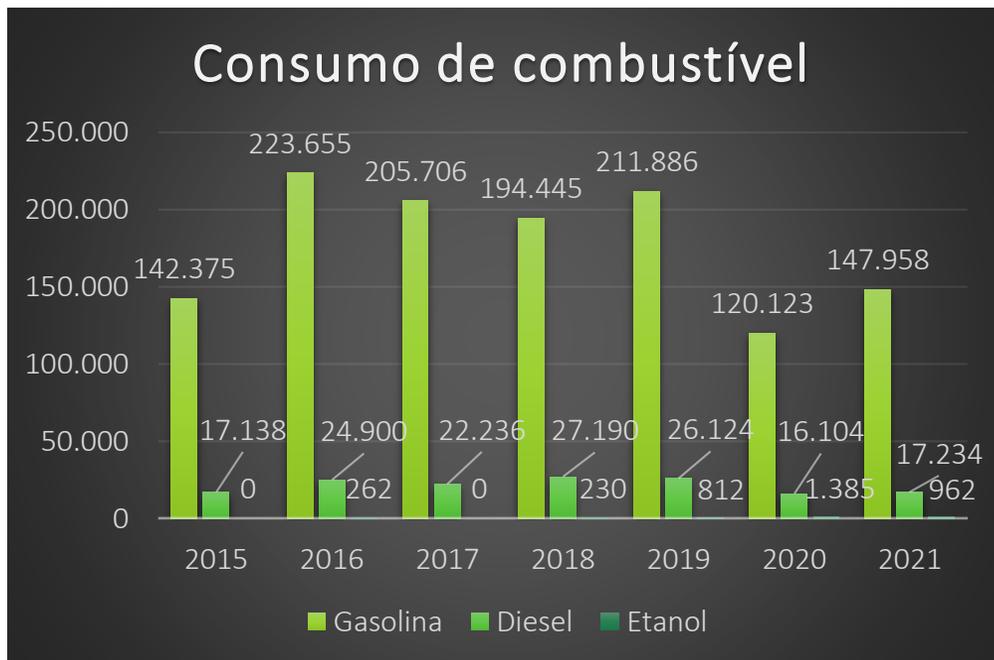
- O PJES finalizou 2021 com 316 linhas telefônicas fixas e nenhuma de telefonia móvel.
- Na telefonia fixa, houve uma redução de gasto de 42% em 2021 em relação a 2020.



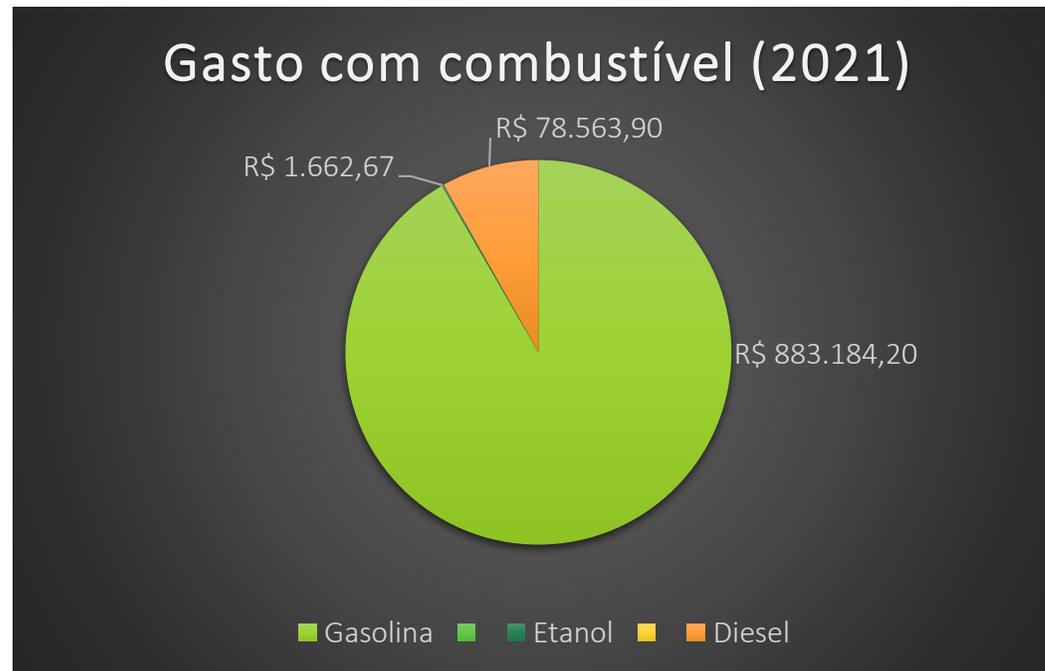
- Em outubro de 2021, encerrou-se o contrato de telefonia móvel e ainda não foi iniciado novo contrato. Além disso, desde o início do exercício de 2021, houve uma redução mensal nos gastos, contribuindo para a redução anual de 46%.



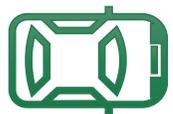
Veículos e combustíveis



- No geral, em 2021, houve um aumento médio de 21% no consumo de combustíveis, em relação a 2020. Comparado a 2019, percebe-se uma redução de 30% do consumo dos combustíveis.



- Os gastos com combustíveis passaram a ser acompanhados em 2021.



Veículos e combustíveis

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Quilometragem (km)	0	1.530.637	1.394.232	1.562.540	1.763.276	1.188.249	1.356.143
Consumo de combustíveis (l)	159.513	248.817	227.942	221.865	238.822	137.612	166.154
Gasto com combustíveis (R\$)	-	-	-	-	-	-	963.410,77
Manutenção de veículos (R\$)	299.822,89	323.040,76	318.760,36	231.692,77	238.971,93	143.228,23	196.403,33
Contrato de motoristas (R\$)	8.962.825,85	8.484.996,24	9.247.571,63	10.152.993,28	8.983.400,74	7.509.875,08	7.254.812,34

- Na tabela, há uma visão geral dos deslocamentos e gastos com veículos de serviço (121) e para magistrados (36).
- No PJES, não há veículos movidos por fontes alternativas nem contratos de agenciamento de transporte terrestre.
- Houve supressão de 7 postos do contrato de motorista, sendo cinco da Justiça Volante, um de Pancas e outro de Barra de São Francisco.



Gestão de resíduos

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Destinação de papel (kg)	0	23.622	21.071	33.860	4.380	13.806
Coleta geral (kg)	50.060	33.723	28.175	20.730	11.477	11.201
Total de materiais destinados à reciclagem (Kg)	50.060	57.345	49.246	54.590	15.857	25.007
Destinação de suprimentos de impressão (unid)	1.400	2.789	8.450	5.250	3.295	1.920
Destinação de pilhas e baterias (Kg)	-	46	-	-	-	-
Destinação de lâmpadas (unid)	-	-	-	-	-	20.000
Destinação de resíduos de obras e reformas (m ³)	-	-	-	-	195	496

- Até o momento as lâmpadas estão sendo descartadas nos pontos de coletas da REICLUS espalhadas pelo Estado.
- O descarte de resíduos de obras e reformas está sendo realizado através de novo contrato de manutenção predial que prevê o descarte em área licenciada.



Limpeza, reformas e vigilância

Gastos com contratos/serviços	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Limpeza	15.553.659,29	13.955.557,20	12.409.490,94	12.823.497,15	13.591.716,62	12.355.187,22	10.260.921,01
Reformas/Obras	3.941.227,93	1.157.411,75	2.200.275,57	1.361.151,90	1.370.497,17	1.939.432,34	311.196,89
Vigilância armada	18.267.584,36	19.366.672,56	18.891.056,91	17.726.964,06	16.585.009,32	14.570.184,68	12.705.347,30

- Houve uma redução significativa no contrato de limpeza, pois, a partir do novo contrato em julho/2021, os postos foram desenhados de acordo com a metragem e produtividade estabelecidas na IN 05/2017. Além disso houve a separação dos serviços de jardinagem do contrato de limpeza. Os serviços de jardinagem agora são feitos por metro quadrado, sob demanda, reduzindo custos e ociosidade.
- Em 2021, não houve despesa com construção de novos imóveis.
- Não há contratos de vigilância desarmada. Há 111 postos de vigilância armada e 177 pessoas contratadas.
- Em 2021, foi prevista uma redução em 10% do valor do Contrato de Vigilância Patrimonial Armada.



Qualidade de vida no trabalho, capacitação e sensibilização



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Participação em ações de qualidade de vida	0	1.553	1.276	1.143	896	1.046	1.325
Ações de qualidade de vida	0	10	9	15	16	8	13
Participação em ações solidárias	165	100	532	197	198	0	121
Ações solidárias	1	1	1	1	1	0	1
Ações de capacitação	2	3	1	1	1	1	0
Ações de sensibilização	0	3	0	0	0	2	0
Participação nas ações de capacitação	78	861	30	46	30	35	0

Iniciativas desenvolvidas em 2021:

- Projeto “Síndrome Pós-Covid”, com o objetivo de conhecer, acolher, informar e orientar os trabalhadores do judiciário com sintomas crônicos advindos pós-infecção pelo SARS-CoV-2, de forma a favorecer a recuperação da saúde de forma mais adequada e rápida, visto a cronicidade e geração de incapacidade desta síndrome.
- Projeto Ofi-cine, projeto de intervenção tem como finalidade proporcionar um espaço de troca e comunicação entre os trabalhadores utilizando ferramentas cinematográficas para se discutir temas atuais e que afetam a saúde do trabalhador.
- Atendimentos multiprofissionais a servidores e magistrados.
- Projeto Roda de Conversa, espaços de diálogo nos quais os servidores trocam experiências, informações e refletem acerca de temas relevantes que afetam suas condições de vida e de trabalho.
- Projeto Papai Noel dos Correios no TJES.

Considerações finais



O Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, mesmo diante de todos os desafios, principalmente em tempos pandêmicos, finalizou 2021 com o acompanhamento do desempenho dos indicadores do PLS-PJES à luz da Resolução CNJ nº 201/2015.



Todas as informações apresentadas neste relatório estão disponíveis no processo SEI nº 7001653-84.2021.8.08.0000 e foram apresentadas pelas áreas responsáveis pelo acompanhamento dos dados e alcance das metas.



Percebemos uma grande variação dos dados de 2021 em relação a 2020, principalmente nos indicadores de consumo como papel, água e energia elétrica, em razão do trabalho quase exclusivamente remoto em 2020 e da retomada do trabalho presencial em 2021. Ao tomar 2019 como referência, os indicadores apresentaram redução de consumo e gasto em 2021.



Para o próximo período, o Judiciário capixaba definirá as ações necessárias para o avanço da sustentabilidade, conforme as atualizações trazidas pela Resolução CNJ nº 401/2021.



Núcleo Socioambiental 

nucleo-socioambiental@tjes.jus.br 

www.tjes.jus.br 